

A EVOLUÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL PÓS-LDB

Daiane Shirley Soares¹

Davillas Newton de Oliveira Chaves²

RESUMO

Os profissionais da Educação no Brasil precisam conhecer a sua própria história, sendo isso importante para compreender todos os marcos educacionais do ensino-aprendizagem conquistados até os dias de hoje, e se a evolução da educação infantil está transformando e trazendo benefícios as crianças. O principal objetivo desse estudo, é investigar a evolução da educação infantil após a criação e sancionamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), reconhecer que a evolução da educação infantil foi longa e cheias de desafios, mostrar que a LDB trouxe inúmeras contribuições e por fim apresentar a legislação definidora dos principais conceitos da educação infantil. A promulgação da Lei de Diretrizes Básicas, LDB 9.394/96 trouxe a Educação Infantil como sua primeira etapa na Educação Básica, com o dever de educar e cuidar na educação, garantindo os direitos às crianças, e também aborda temas como os recursos financeiros e a formação dos profissionais da educação. Foi possível concluir que ao reconhecer a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, a LDB 9394/96 reafirma a importância da aprendizagem nos primeiros anos de vida como processo fundamental para “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Quanto aos procedimentos realizados para construir esse artigo, foram feitas pesquisas bibliográficas, em aprofundamentos de artigos científicos, livros, revistas, com a colaboração de vários autores que já discutiram e realizaram artigos desta temática. A Evolução Histórica na Educação Infantil após a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) no Brasil provocou transformações na sociedade em diferentes épocas, reconstruindo novas visões que acerca a criança, e mudanças que ocorreram com as concepções da infância.

Palavras-chave: Lei, Educação, Criança, Brasil.

ABSTRACT

Education professionals in Brazil need to know their own history, which is important to understand all the educational milestones in teaching and learning achieved to date, and whether the evolution of early childhood education is transforming and bringing benefits to children. The main objective of this study is to investigate the evolution of early childhood education after the creation and sanctioning of the Brazilian Education Guidelines and Bases Law (LDB), to recognize that the evolution of early childhood education was long and full of challenges, to show that the LDB brought numerous contributions and finally to present the legislation that defines the main concepts of early childhood education. The enactment of the Basic Guidelines Law, LDB 9,394/96 brought Early Childhood Education as its first stage in Basic Education, with the duty to educate and care in education, guaranteeing children's rights, and also addresses issues such as financial resources and training of education professionals. It was possible to conclude that by recognizing early childhood education as the first stage of basic education, LDB 9394/96 reaffirms the importance of learning in the first years of life as a fundamental process to "develop the student, ensure him the common training indispensable for the exercise of citizenship and provide them with the means to progress in work and further studies". As for the procedures carried out to build this article, bibliographic research was carried out, in depth of scientific articles, books, magazines, with the collaboration of several authors who have already discussed and produced articles on this topic. The Historical Evolution in Early Childhood Education after the creation of the Law of Directives and Bases of Brazilian Education (LDB) in Brazil caused changes in society at different times, reconstructing new visions about children, and changes that occurred with the conceptions of childhood.

Keywords: Law, Education, Child, Brazil.

1 Graduando do Curso de Pedagogia do Instituto Federal Goiano. E-mail: Daiane.shirley@estudante.ifgoiano.edu.br

2 Bacharelado e Licenciatura em História. Especialista em Metodologia de Ensino de História e Geografia. Mestrado em História. E-mail: davillas.chaves@ifgoiano.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje é de suma importância o conhecimento da história educacional do Brasil, para que se consiga fazer uma análise de todos os marcos educacionais de ensino-aprendizagem conquistados até os dias de hoje, sendo isso significativo para identificar as concepções de criança e educação, relevante também para se observar as necessidades de aprimoramentos e melhorias no ensino, e se a evolução da educação infantil está transformando e trazendo benefícios aos mais interessados que são os estudantes.

A história da educação no Brasil é muito longa e somente ficou reconhecida por lei em 1996, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) que determinou a obrigatoriedade do direito de educação no ambiente escolar, o que representou um grande avanço para a educação infantil no Brasil.

A LDB (1996) mostrou um avanço na concepção de Educação Infantil, pois veio a definir uma educação voltada realmente para a criança, considerando-a como sujeito social de direitos que deve ser mantida pelo Estado uma vez que o nível de ensino se constitui como primeira etapa da Educação Básica.

A referida lei trouxe inúmeros benefícios, entre eles se destacam o Artigo 29 responsável por definir que “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” e o Artigo 30 que estabelece que “A educação infantil será oferecida em: I creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até 3 anos de idade; II pré escolas, para crianças de 4 e 5 anos de idade (Lei nº 12.769, de 2013)” (BRASIL, 1996).

O principal objetivo desse estudo é investigar a evolução da educação infantil após a criação e sancionamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) de 1996, demonstrando as transformações e as conseqüentes contribuições responsáveis por interferir no desenvolvimento na vida dos indivíduos que tiveram esse direito aplicado no ensino, também reconhecer que a evolução da educação infantil foi longa e cheia de desafios, demonstrando que a referida política pública trouxe inúmeras contribuições para esse ramo da educação no Brasil e, por fim, apresentar a legislação definidora dos principais conceitos da educação infantil e da criação da LDB.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A criança é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. A criança tem na família biológica, ou não, um ponto de referência fundamental, apesar de multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais (SOMMER, 2014).

O espaço físico é o lugar do desenvolvimento de múltiplas habilidades e sensações e, a partir de sua riqueza e diversidade, ele desafia permanentemente aqueles que o ocupam. Esse desafio constrói-se pelos símbolos e pelas linguagens que o transformam e o recriam continuamente (BARBOSA, 2006, p. 120).

Arce (2001) destaca que esta utilização de espaços ociosos e/ou cedidos por outros tipos de instituições e o trabalho voluntário, caracteriza ainda mais a não profissionalização dos envolvidos no processo de cuidar e alfabetizar, tornando-se fatores que marcaram profundamente a Educação Infantil brasileira nas décadas de 1970 e 1980.

No processo de construção do conhecimento, as crianças utilizam-se das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva, as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio que vivem. De acordo com Sommer (2014), o conhecimento não se constitui em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação capaz de dotar os estudantes com a capacidade de pensar e interpretar o mundo e as relações ao seu redor.

As concepções sobre criança e infância são construções sociais, históricas e culturais que se consolidam em diferentes contextos nos quais são produzidos e a partir de múltiplas variáveis como etnia, classe social, gênero e condições socioeconômicas das quais as crianças fazem parte. Considerando tais elementos e a sua relação com a imagem de criança construída no tempo e na história, pode-se afirmar a existência de múltiplas infâncias e de várias formas de ser criança (SOMMER, 2014).

A história do surgimento da Educação Infantil no Brasil não foi diferente da história dos modelos educacionais europeus. A educação destinada à criança foi historicamente

construída, por um lado, para as crianças da elite econômica e, por outro, para salvar as crianças que não poderiam ser cuidadas pelas próprias mães (LEITE FILHO, 2008).

Visando a construção de uma pedagogia para/com a infância, que, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) se estende até aos doze anos de idade, permeando tanto a Educação Infantil quanto o Ensino Fundamental, defende-se uma concepção de criança contextualizada em sua concretude de existência social, cultural e histórica, participante da sociedade e da cultura de seu tempo e espaço, modificando e sendo modificada por elas.

Portanto, a Educação Infantil deve ser entendida em amplo sentido, pois ela pode englobar todas as modalidades educativas vividas pelas crianças pequenas na família e na comunidade, antes mesmo de atingirem a idade da escolaridade obrigatória determinada pela lei. Diz respeito tanto à educação familiar e à convivência comunitária, como à educação recebida em instituições de ensino específicas (PROINFANTIL, 2005).

Segundo Kuhlmann, (2003, p.469):

Pode-se falar de Educação Infantil em um sentido bastante amplo, envolvendo toda e qualquer forma de educação da criança na família, na comunidade, na sociedade e na cultura em que viva. Mas há outro significado, mais preciso e limitado, consagrado na Constituição Federal de 1988, que se refere à modalidade específica das instituições educacionais para a criança pequena, de 0 a 6 anos de idade. Essas instituições surgem durante a primeira metade do século XIX, em vários países do continente europeu, como parte de uma série de iniciativas reguladoras da vida social, que envolvem a crescente industrialização e urbanização.

De acordo com o autor, a Educação Infantil progrediu em transformações de melhorias, ampliando os direitos da criança, garantindo acesso à educação e aos cuidados contribuindo com a oferta de oportunidades iguais e com a interação entre os indivíduos.

Santos (2005) ressalta que após a promulgação da Constituição Brasileira em 1988, responsável por formalizar legalmente o direito à creche aos filhos de pais trabalhadores, o cenário assistencialista dessa instituição daquele tempo mudou e foi reconfigurado para educacional. Somente em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação Infantil foi transferida da Secretaria de Assistência para a Secretaria de Educação entendendo-a como etapa da Educação Básica. Segundo o autor, no decorrer dos tempos, o cuidado passaria a ser secundarizado, pois o educar seria o foco das instituições voltadas para a infância, e a creche seria uma extensão das finalidades da família.

Hoje, a situação ainda está longe de ser ideal, especialmente em termos da qualidade do aprendizado, mas houve importantes avanços nas últimas décadas. A lei também introduziu mecanismos de avaliação do ensino, que hoje se materializam em iniciativas como o Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Censo Escolar. Com isso, saímos do escuro e conhecemos melhor os resultados do trabalho desenvolvido pelos educadores.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O trabalho desenvolvido possui sua abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico, aprofundando sua temática a história da educação infantil no Brasil antes, durante e após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB).

A pesquisa teve como base a apresentação de estudos teóricos da história educacional infantil no Brasil antes, durante e pós-LDB, e suas contribuições no campo educacional, reconhecendo a história e entendendo as contribuições que a LDB trouxe ao ensino e à sociedade.

Quanto aos procedimentos realizados, foram feitas pesquisas bibliográficas em aprofundamentos de artigos científicos, livros, revistas, com a colaboração de vários autores que já discutiram e realizaram artigos desta temática, proporcionando uma interpretação a respeito da temática.

Foram utilizadas as ferramentas da “Internet Explore” para realizar as pesquisas de artigos que trabalharam em cima do mesmo tema, utilizando as palavras chaves que se relacionam sobre a LDB, a história da educação no Brasil e a importância de conhecimento dos profissionais da educação sobre as leis que regem esse órgão tão importante.

Foram coletados os dados positivos que a Lei de Diretrizes Básicas (LDB) tem contribuído para o processo de ensino aprendizagem da criança, como procedimento e dados de análise, uma visão aprofundada e a procura de novas práticas pedagógicas inovadoras para serem trabalhadas na educação infantil.

Os métodos utilizados na pesquisa foram primeiramente a definição do tema e sua delimitação, após essa primeira parte, foi feito o levantamento bibliográfico, onde entramos em contato com as principais teorias de cada autor e, posteriormente, discutido a relevância para a temática que norteou a investigação.

A pesquisa foi desenvolvida no município de Doverlândia, estado de Goiás, onde se iniciou no mês de agosto do ano de 2021. O presente artigo tem o objetivo de servir-se como referencial para futuras pesquisas sobre o tema, possibilitando a compreensão do período analisado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No século XVIII e XIX, antes da Revolução Industrial, as crianças ao nascerem, iam diretamente para sua casa, onde permaneciam até o estágio infantil sob a proteção familiar. O ambiente familiar tornou-se o espaço ideal para o desenvolvimento da etapa infantil, período em que a criança descobre a realidade do mundo em que está inserida, proporcionando oportunidades em ver, tocar, sentir, ouvir, balbuciar e falar, mas conseqüentemente, criando uma limitação ao que se refere ao contato com outras pessoas, inclusive outras crianças e professores (PASCHOAL, MACHADO, 2009).

De acordo com Paschoal e Machado (2009), desde a Revolução Industrial até o presente momento, é inegável que a educação infantil passou por profundas transformações estruturais responsáveis por gerar melhorias e adequações que proporcionaram o surgimento de oportunidades de trabalhos para as mulheres, onde deixaram de ser a mulheres “donas de casa” e adentraram-se ao mercado de trabalho.

O nascimento da indústria moderna alterou profundamente a estrutura social vigente, modificando os hábitos e costumes das famílias. As mães operárias que não tinham com quem deixar seus filhos utilizaram o trabalho das conhecidas mercenárias. Essas ao optarem pelo não trabalho nas fábricas, vendiam seus serviços para abrigarem e cuidarem dos filhos de outras mulheres. (p.78).

Após a inserção das mulheres nas indústrias, surgiu-se a necessidade da criação de creches, que nesse marco histórico, passaram a ter um caráter assistencial, ou seja, a educação não era voltada para emancipação e autonomia da criança, mas sim para o seu cuidado médico, higiênico e de alimentação. Assim diz Rocha (2001):

A creche e a pré-escola representavam alternativas concretas para viabilizar a liberação da mulher para o mercado de trabalho, mas em todos os tipos de atendimento se coloca como igualmente e relevante a necessidade que o trabalho realizado no interior tenha não só o caráter assistencial, mas educativo. (ROCHA, 2001, p.32).

Nesse contexto, inúmeras manifestações populares organizadas por mães, por diversos intelectuais passaram a exigir o fornecimento de vagas de forma igualitárias nas creches, tanto para crianças provenientes de famílias pobres, quanto as crianças de melhores condições econômica (ROCHA, 2001).

Conforme Oliveira (2011), a Creche continuou tendo a função assistencial e o governo continuou a ajudar as entidades filantrópicas, que se preocupavam com os aspectos da educação formal das crianças da Creche. Com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova no

ano de 1932, surgiram movimentos de inovação pedagógica, contudo mais direcionados aos jardins de infância, onde eram matriculadas crianças de três a seis anos de idade, onde estudavam os indivíduos com o melhor poder aquisitivo e onde adotavam-se práticas mais voltadas para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, para que esses pudessem ter um futuro melhor.

A Constituição de 1891 (BRASIL, 1891), primeira do período republicano, pouco trata da educação por primar pela autonomia das unidades federativas. Ficava subentendido que a legislação nessa matéria deveria ser resolvida no âmbito dos estados. Cabia à Federação apenas o ensino superior da capital (artigo 34º), a instrução militar (artigo 87º) e a tarefa, não exclusiva, de "animar, no país, o desenvolvimento das letras, artes e ciências" (artigo 35º). Não havia nessa Carta e também na anterior (Constituição de 1824) nem sequer a menção à palavra "educação". Até a década de 1930, os assuntos ligados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino ligado ao Ministério da Justiça. Somente em 1931 foi criado o Ministério da Educação (BRASIL, 2012).

A pesquisa constatou que a Constituição de 1937 (BRASIL, 1937), promulgada junto com o Estado Novo, sustentava princípios opostos às ideias liberais e descentralistas da Carta anterior, a de 1934. Rejeitava um plano nacional de educação, atribuindo ao poder central a função de estabelecer as bases da educação nacional. Com o fim do Estado Novo, a Constituição de 1946 retomou em linhas gerais o capítulo sobre educação e cultura da Carta de 1934, iniciando-se assim o processo de discussão do que viria a ser a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Por volta da metade no século XX, começaram as mudanças em favor da educação infantil, o que afirma Oliveira, 2011:

[...] Creches e parques infantis que atendiam crianças em período integral passaram a ser cada vez mais procurados não só por operárias e empregadas domésticas, mas também por trabalhadoras do comércio e funcionárias públicas". (OLIVEIRA, 2011, p.102).

Em 1996, finalmente foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mas foi um processo que começou a ser estudado em 1988 a partir da XI ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação -, vindo originalmente de duas propostas diferentes, uma do projeto do Jorge Hage e a segunda criada pelos senadores Darcy Ribeiro, Marco Maciel e Maurício Corrêa através do MEC, a que ficou promulgada foi a que garantia o direito da população de ter uma educação gratuita e de boa qualidade, valorizava os

profissionais da educação, mostrava descrito o dever da União, do estado e dos Municípios com a educação pública (HERNANDEZ E VENTURA, 1988).

Então, a Lei das Diretrizes e Base Nacional Educacional (LDB) possibilitou o desenvolvimento da educação infantil no Brasil. Ao reconhecer a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, (HERNANDEZ E VENTURA, 1988), reafirmam em seu livro “A organização do currículo por projetos de trabalho - a importância da aprendizagem nos primeiros anos de vida como processo fundamental” que para “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

A promulgação da Lei de Diretrizes Básicas, LDB 9.394/96 trouxe a Educação Infantil como sua primeira etapa na Educação Básica, com o dever de educar e cuidar na educação, garantindo os direitos às crianças, e também aborda temas como os recursos financeiros e a formação dos profissionais da educação (HERNANDEZ E VENTURA, 1988).

Segundo a LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996) a educação brasileira é dividida em dois níveis: a educação básica e o ensino superior.

Educação básica: Educação Infantil – creches (de 0 a 3 anos) e pré-escolas (de 4 e 5 anos) – É gratuita, mas não obrigatória. É de competência dos municípios. Ensino Fundamental – anos iniciais (do 1º ao 5º ano) e anos finais (do 6º ao 9º ano) – É obrigatório e gratuito. A LDB estabelece que, gradativamente, os municípios serão os responsáveis por todo o ensino fundamental. Na prática os municípios estão atendendo aos anos iniciais e os Estados os anos finais. Ensino Médio – O antigo 2º grau (do 1º ao 3º ano). É de responsabilidade dos Estados. Pode ser técnico profissionalizante, ou não (HERNANDEZ E VENTURA, 1988).

Ensino Superior: É de competência da União, podendo ser oferecido por Estados e Municípios, desde que estes já tenham atendido os níveis pelos quais é responsável em sua totalidade. Cabe a União autorizar e fiscalizar as instituições privadas de ensino superior (HERNANDEZ E VENTURA, 1988).

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988), estabelece que:

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social (...). Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, efetivas e emocionais e éticas na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL, 1988, v.1, p.23).

É de grande responsabilidade das instituições que ofertam a etapa de ensino educação infantil oferecer às crianças melhorias de aprendizagens em formas lúdicas,

desenvolvendo brincadeiras em suas práticas pedagógicas, de fato acompanhadas por um pedagogo.

Freire (1999, p.42) enfatiza que “A escola assim deve ser o espaço em que a criança, popular ou não, tenha condições de aprender e de criar, de arriscar-se, de perguntar, de crescer”, deixando evidente que a função da referida instituição é potencializar o espírito criativo.

As instituições de educação infantil necessitam ir além do educar e cuidar, garantindo um bom desenvolvimento integral. Com a inserção de envolvimento da criança em um meio social, desenvolvendo a socialização, a interação, trazendo autonomia, cuidados próprios e outros benefícios.

Ainda de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, 1988:

[...] Cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas (...) (BRASIL, 1988, v.1, p.24).

A evolução histórica da educação infantil após a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) vem favorecendo as crianças, dando direitos a uma vida significativa, ou seja, podendo usufruir realmente de sua infância. É de grande importância que os profissionais da educação infantil, sejam preparados, qualificados e especializados, conseguindo alcançar os conhecimentos específicos, e desenvolvendo o processo de ensino-aprendizagem da criança.

Segundo a Constituição Federativa do Brasil, 1988:

A criança como todo ser humano, é um sujeito social histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que desenvolve, mas também a marca. A criança tem na família biológica ou não, um ponto de referência fundamental apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelece com outras instituições sociais. (BRASIL, 1988, v.1, p.21).

Em concordância, o mesmo documento (BRASIL, 1988) explana claramente, que a criança possui seus direitos, como qualquer adulto e já se percebe um fator positivo que a Lei das Diretrizes Básica (LDB) implantou no ensino da educação infantil, ao qual melhorou no decorrer da história educacional infantil, quando as crianças passaram a serem merecedores de seus direitos, como o cuidado, o respeito e aprendizagem.

É através da educação infantil que se viabiliza tais oportunidades de interação e socialização, por ser essa a base, o caminho inicial do conhecimento, sendo benéfica para o desenvolvimento educacional infantil. Pela defesa de Piaget (2003, pág.56) “as ações da criança

sobre objetos e as interações com outras pessoas são de importância fundamental para a construção do conhecimento”.

Áries (1981) nos demonstra como o conceito da criança tem evoluído através dos séculos e oscilado entre extremos em que ora consideram a criança como um “bibelot” ou um “bichinho de estimação” e, ora, a consideram uma “adulta miniatura”, passível de encargos e abusos como os da negligência, do trabalho precoce e da exploração sexual.

Continuando nos conceitos utilizados por Áries (1981), se constata que a LDB foi positivamente essencial na vida das crianças e tem evoluído a favor da proteção da educação infantil, deixando o marco histórico “bibelot” e “bichinho de estimação”, agregando se ao meio social, havendo seus direitos e desenvolvendo suas habilidades.

O Referencial Curricular, (BRASIL, 2009), a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação diz que as Diretrizes são obrigatórias reunindo princípios, fundamentos e procedimentos para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares da Educação Infantil.

Com o Referencial Curricular, as diretrizes entraram em vigor e tem favorecido desenvolvimento do nível educacional infantil, onde se adequa as políticas públicas, buscando cada vez mais melhorias a esta etapa do ensino. O Referencial Curricular (BRASIL, 2009) defende:

Como concepções de proposta pedagógica, as Diretrizes enfatizam que as instituições de Educação Infantil devem cumprir sua função sociopolítica e pedagógica, entre outros aspectos “assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias”. (BRASIL, 2009, p.17).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) trouxe várias contribuições ao direito do ensino na modalidade infantil e, seguindo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069/1990, em seu artigo 53, reforçando o direito de uma educação integral pautada também no exercício da cidadania e preparo para o mercado de trabalho (BRASIL, 1996).

Em 2013, o governo federal publicou em Diário Oficial uma nova lei que altera as diretrizes e bases da educação nacional e determina o ingresso obrigatório de crianças a partir dos quatro anos de idade na escola. Há uma mudança no artigo 6º tornando “dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos quatro anos de idade”. Os estados e municípios tiveram até 2016 para se adequar à nova lei, e garantir a oferta para todas as crianças a partir dessa idade (BRASIL, 2013).

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, publicada em 03 de julho de 2016, incluiu as artes visuais, a dança, a música e o teatro nos currículos dos diferentes níveis da educação básica. Os cursos de pedagogia e correlatos têm até cinco anos para promover a formação dos professores para implantar esses componentes curriculares no ensino infantil, fundamental e médio. O direito à educação e aprendizagem ao longo da vida como um dos princípios norteadores do ensino brasileiro passa ao ordenamento jurídico com a Lei nº 13.632/2018 (BRASIL, 2018).

Portanto, a pesquisa comprova que a educação foi aprimorada no pós-LDB e trouxe melhorias e benefícios, tanto às crianças quanto aos pais, sempre seguindo a parceria com o ECA e priorizando o melhor atendimento às crianças.

A história da educação infantil brasileira vivenciou uma longa jornada até que fosse tornada obrigatoriedade do estado Brasileiro, através da Constituição de 1988 e da LDB. Torna-se importante compreender a longa jornada dessa modalidade de ensino, considerando as informações da tabela 1, exposta abaixo:

Tabela 1 - História da educação

Data	Acontecimento	Aprofundando na história
1737	Roda dos Expostos	Primeira iniciativa de assistencialismo a infância, era um local onde as crianças indesejadas eram deixadas na roda, sem que ninguém soubesse sua identidade.
1767	Escola do Tricô	Fundada pelo padre Oberlin, na França, consistia em uma instituição onde as crianças iam para brincar enquanto a professora ficava fazendo tricô.
1816	Escola Infantil	Fundada por Robert Owen, iniciou várias reformas sociais, uma delas foi à idade mínima para começar a trabalhar que passou a ser de 10 anos.
1873	Jardim de Infância	Fundada em Campos (São Paulo), serviu como projeto piloto para outras instituições ao longo do Brasil.
Início do Século XX		A educação da criança pequena passa do domínio privado para o público, o Estado começa a se preocupar com a criança e organiza o Primeiro Congresso de Proteção à Infância. Destacam-se duas importantes instituições fundadas durante este período: A Casa dei Bambini, fundada na Itália por Maria Montessori que tinha como objetivo a valorização das capacidades cognitivas da Crianças. Já O Infantário, foi fundado na Inglaterra por Margaret Macmillan, e tinha-se uma preocupação com as condições insalubres das crianças daquela época. Sua proposta era voltada para a criação, imaginação.
Anos 30	Mário de Andrade	O escritor assume a direção do Departamento de Cultura e começa a estruturar os parques infantis, que oferecia atividades para crianças de 3 a 6 anos e de 7 a 12 anos (fora do horário escolar).
Anos 40	Era Vargas	A legislação previa que todos os estabelecimentos que tivessem mais de 30 mulheres trabalhando, deveria existir uma creche no local de trabalho. Infelizmente, até hoje, essa lei não é cumprida na sua íntegra. Durante esta época, fora criado o Departamento Nacional da

		Criança no Brasil que veio a centralizar todos os seus serviços, para as crianças pequenas.
Anos 50	Piscanalise e Higienismo	Discurso psicanalítico e Higienistas com ênfase na relação mãe-filho. Trazia a ideia de que a creche poderia prejudicar o desenvolvimento da criança. A creche passa a ser vista como um mal necessário, ou seja, quem não pode ficar com a criança em casa vai para a creche, trazendo assim, um sentido de culpa nas mães. Durante esta década, destaca-se a criação de algumas importantes instituições de assistencialismo. Dentre elas: LBA (Legião Brasileira de Assistência), UNICEF (Fundo das Nações Unidas pela Infância), OMEP (Organização Mundial de Educação Pré-escolar).
Anos 60	Educação Compensatória	As políticas educacionais eram voltadas para sanar as questões condizentes ao fracasso escolar no primeiro grau. Sugeriu-se que este fracasso, fosse oriundo da deficiência cultural e da in experiência por parte das crianças de não tirarem proveito da escola.
Anos 70	Movimentos Sociais	Surge os movimentos sociais trazendo propostas mais positivas para as crianças e a sociedade. Em 1979 oficializou-se o movimento da luta por creches. Luta por uma rede pública de creches. O MEC lançou a Coordenação de Educação Pré-escolar e em 1977, foi fundado o Projeto Casulo que seria a solução para os problemas da pobreza. A educação infantil resolveria as altas taxas de reprovação no ensino de 1º grau. Projetava-se sobre os programas para a infância a ideia de que viessem a ser a solução dos problemas sociais.
Anos 80	Constituição Federal	Após a sua promulgação, definiu a creche como um direito da criança e um dever do Estado
Anos 90	LDB e ECA	Ainda na perspectiva da constituição federal, determina a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica e estabelece que a Educação Infantil, é um direito da criança, opção da família e dever do estado.
Século XXI	Era Tecnológica	Durante esses primeiros 12 anos de um novo século, percebemos uma nova tendência para as políticas de atendimento a infância, não mais marcada pelo assistencialismo mas sim pela inovação tecnológica. É Evidente ainda que o acesso a essas Novas Tecnologias da Informação e Comunicação estão mais presentes na realidade de nossas crianças

Fonte: CORREIA, 2018

Essa tabela demonstra o quanto foi longa a história da educação no Brasil e quantos percalços para que a educação básica chegasse onde está nos dias atuais. Muitas pessoas enfrentaram barreiras para que as crianças recebessem conhecimentos, e por esse conhecimento puderam alavancar a educação ainda mais. Com isso, é possível entender que as pessoas precisam se dedicar e se empenhar para levar o conhecimento, não basta somente o desejo de passar conhecimento, mas se faz necessário empenhar-se na luta pela educação e no enfrentamento às inúmeras dificuldades que obstaculizam o bom fornecimento desse tipo de serviço.

O caminho percorrido foi longo, o que pode ser facilmente comprovado pela tabela 1, podendo compreender como tudo começou sem o intuito de levar conhecimento, mas sempre com o intuito de reunir algumas crianças. Nota-se que a sociedade e os poderes públicos passaram a compreender que a reunião de crianças em um espaço determinado era instrumento

fecundo para um ambiente de curiosidade e desejo de aprender cada dia mais. Concluimos que o começo foi desafiador e surpreendente, mas a jornada iniciada em 1737, através da fundação da Roda dos Expostos, até os anos atuais foi planejada por profissionais preocupados com o bem-estar das crianças, evidenciando que todas essas conquistas foram desejadas e plantadas no interior de cada defensor da educação.

Portanto, foram inúmeras lutas, conquistas e derrotas, porém, após uma longa trajetória, as crianças brasileiras de zero a cinco anos, passaram a ser compreendidas como sujeitos com direitos à educação, direitos que devem ser atendidos por instituições no âmbito dos sistemas escolares e no âmbito das esferas do governo. A Educação Infantil tornou-se, conseqüentemente, um direito da criança, dever do Estado e obrigação da família.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução histórica da Educação Infantil após a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) no Brasil, provocou transformações na sociedade em diferentes épocas, reconstruindo novas visões acerca da criança, promovendo mudanças que ocorreram em relação às concepções sobre a infância. As principais mudanças que ocorreram durante o processo de implantação da LDB foram em relação a como eram vistas as crianças e seus conhecimentos, pois elas foram motivadas pelas grandes dificuldades conceituais, haja vista que por muito tempo as necessidades das crianças não se constituíram como fatores relevantes de reflexão, principalmente a fase da primeira infância, quando corriqueiramente eram tratadas como indivíduos adultos, conseqüentemente, precisavam realizar seus trabalhos e deveres.

Após o processo de industrialização do Brasil, no século XX, uma nova realidade veio à tona, criando a necessidade de as mulheres exercerem atividades econômicas em ambientes comerciais ou industriais. Como forma de garantir o sustento de seus filhos e, por vezes de todo o seu núcleo familiar, houve a necessidade da criação de creches e escolas de Educação Infantil, assegurando o direito ao trabalho desse significativo grupo da população. Até que esse direito fosse assegurado por lei, diversas manifestações ocorreram, sempre objetivando a luta por direitos das crianças e, assim, com muitas dificuldades foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), a qual tem trazido melhorias no ensino aprendizagem da criança e garantindo, teoricamente, o fornecimento e acesso a uma educação

básica infantil.

Portanto, a LDB tornou-se um marco histórico na regulamentação da educação infantil brasileira, tornando-se um instrumento legal responsável por garantir o direito a toda população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, valorizando os profissionais da educação, estabelecendo o dever da União, do Estado e dos Municípios com a oferta de educação pública de qualidade. A LDB determinou também a necessidade de formação do professor, que passou a atender aos requisitos mínimos exigidos para exercer a atividade docente.

Portanto, a educação infantil foi responsável pela transformação da forma de se compreender a criança como cidadão dotado de direitos, ou seja, como indivíduo que tem na educação um instrumento garantidor de socialização, interação e autonomia, por conseguinte, de cidadania.

Concluimos que os problemas relacionados à educação no Brasil não estão vinculados à falta de leis que garantam os direitos dos alunos e dos professores a uma educação de qualidade, pois as LDB's têm nos seus artigos o suficiente para fomentar o desenvolvimento educacional brasileiro. Evidencia-se que as informações sobre essas regulamentações não são totalmente disponibilizadas aos professores, alunos e comunidade como um todo, pois parte considerável de nossa população não tem conhecimento e, portanto, não exige o cumprimento da lei por parte dos governantes que, em muitos casos, não fazem a menor questão de proporcionar às nossas crianças e adolescentes uma educação básica de qualidade.

REFERÊNCIAS

ARCE, A. Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 74, p. 251-283, 2001, <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000100014> .

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação Infantil**. Porto Alegre: Artemed, 2006.

BRASIL. **Regimentos Internos de Unidades do MEC** - art. 4º do Decreto nº 7.69. Ministério da Educação, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2009.

BRASIL. Diretrizes curriculares nacionais da educação básica. CNE/CEB. Parecer, 20/2009.

BRASIL. Lei nº12.796, **Alteração da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Congresso Nacional. 04 de abril de 2013.

BRASIL. Lei nº13.278, **Alteração da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Presidência da República. 02 de maio de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais para Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3.ed. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei Nº 13.632, **Alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Congresso nacional. 6 de março 2018.

CORREIA, R. **Estudantes de Pedagogia do CESTE no Município de Guimarães apresentam seminário sobre a Pedagogia da Educação Infantil**. Professor Correia, notícia em destaque: Setembro, 2018. Disponível em:
<https://professorcorreia.com.br/uncategorized/estudantes-do-curso-de-pedagogia-da-instituicao-ceste-no-municipio-de-guimaraes-ma-apresentam-seminario-sobre-a-pedagogia-da-educacao-infantil/> Acesso em: 28 de fevereiro de 2022.

FREIRE, Madalena. **A paixão de conhecer o mundo: relato de uma professora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1999.

HERNANDEZ, F. e VENTURA M. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. 5ª ed. São Paulo: Editora Artes Médicas, 1998.

KUHMAN JR. Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LEITE FILHO, A. G. Políticas para a educação da infância no Brasil nos anos 1950/1960. 2008. Tese – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de Oliveira. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Docência em Formação).

OLIVEIRA, Débora Regina de; MIGUEL, Ana Silva Bergatini. **A nova concepção de creche pós-LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei nº9.394/96).**

PASCHOAL, J. D E MACHADO, M.C.G. A história da educação infantil no Brasil: avanço, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDRB On-line**, Campinas, 2009.

PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. **A psicologia da criança.** Rio de Janeiro: Difel, 2003.

PROINFANTIL, coleção módulo I. unidade 4. livro de estudo - vol. 2. Karina Rizek Lopes (Org.) Roseana Pereira Mendes (Org.) Vitória Líbia Barreto de Faria, Brasília 2006.
Disponível em: <http://portal.mec.gov.br> . Acesso em: 06 set. 2021.

ROCHA, E.A.C. A pedagogia e a educação infantil. **Revista de Educação Brasileira.** Rio de Janeiro, nº16, p.32-33, 2001.

SANTOS, M. O. V. A identidade da profissional de educação infantil. In: GUIMARÃES, C. M. (Org.). **Perspectivas para educação infantil.** Araraquara: Junqueira & Marin, 2005. p. 87-101.

SÃO PAULO. Secretária Municipal de Educação. **Orientações Curriculares: expectativa de aprendizagens e orientações didáticas para educação infantil:** São Paulo: SME/DOT- Educação Infantil, 2007.

SOMMER, S. T. K. **O brincar na aprendizagem e no desenvolvimento da Criança.** UNIJUI – Universidade Regional Do Noroeste Do Estado Do Rio Grande Do Sul. DHE – Departamento De Humanidade E Educação. Curso De Pedagogia. Ijuí, 2014.

WADSWORTH, Barry J. **Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget.** 5ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

Anexo II

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, às 21 horas, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Davillas Newton de Oliveira Chaves (orientador), José Ângelo Gomes Nunes (membro 01), Rosileila Divina Borges (membro 02), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “**A EVOLUÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL PÓS-LDB**” da estudante DAIANE SHIRLEY SOARES, Matrícula nº 2018205221350745 Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. A palavra foi concedida a estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição do(a) candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela APROVAÇÃO da estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Davillas Newton de O. Chaves.

Davillas Newton de Oliveira Chaves

Orientador/Presidente da Banca



José Ângelo Gomes Nunes (Membro 1)

Rosileila Divina Borges.

Rosileila Divina Borges (Membro 02)

Daiane Shirley Soares.
Daiane Shirley Soares

Acadêmico

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese (doutorado) | <input type="checkbox"/> Artigo científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação (mestrado) | <input type="checkbox"/> Capítulo de livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia (especialização) | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC (graduação) | <input type="checkbox"/> Trabalho apresentado em evento |

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor:

Matrícula:

Título do trabalho:

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Local

/ /

Data



Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)